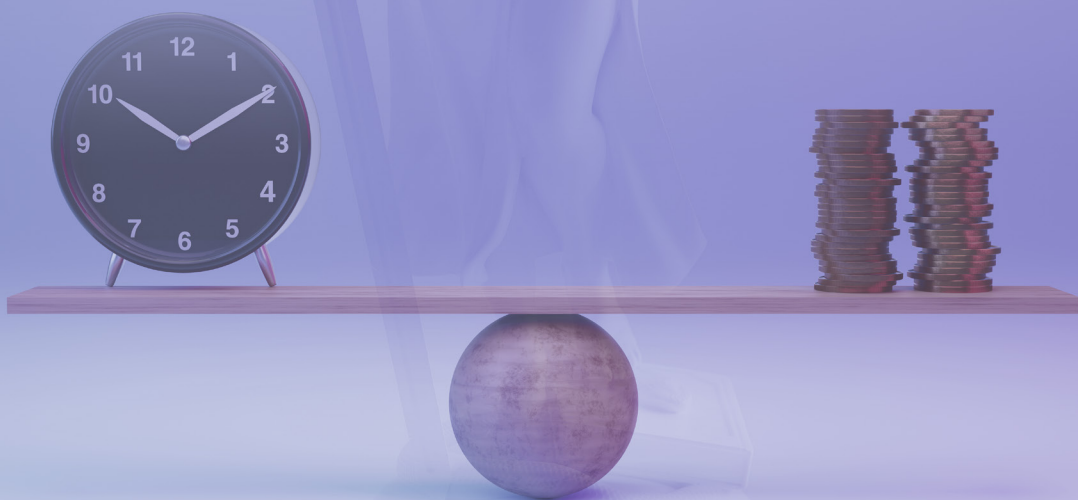


ADAYLSON WAGNER SOUSA DE VASCONCELOS
(ORGANIZADOR)

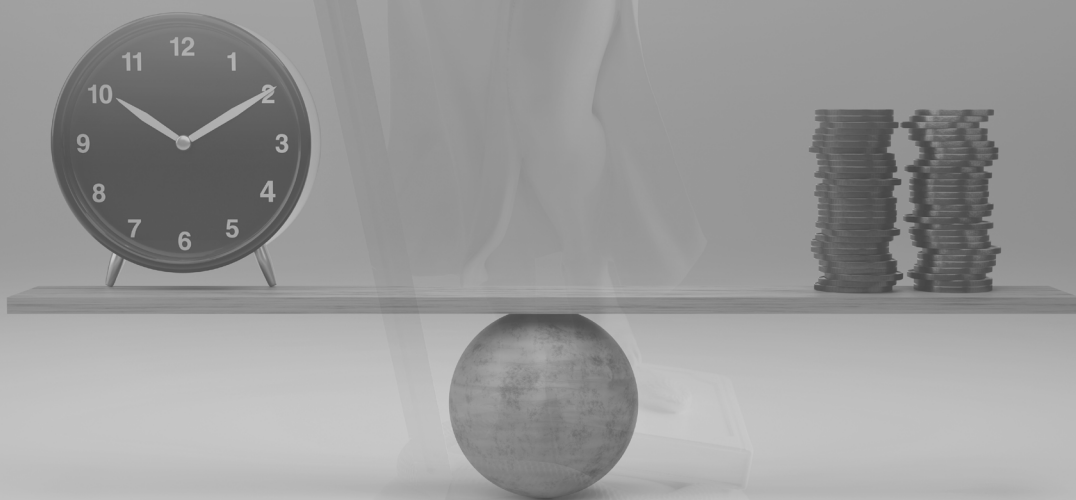
DIREITO: PESQUISAS FUNDADAS EM ABORDAGENS CRÍTICAS 3



ADAYLSON WAGNER SOUSA DE VASCONCELOS
(ORGANIZADOR)

DIREITO:

PESQUISAS FUNDADAS EM ABORDAGENS CRÍTICAS 3



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2023 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2023 Os autores

Copyright da edição © 2023 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Prof^ª Dr^ª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof^ª Dr^ª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Jodeyson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Prof^ª Dr^ª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Prof^ª Dr^ª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^ª Dr^ª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campina
 sProf^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 aProf^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
 Prof^ª Dr^ª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia / Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Flávia Roberta Barão
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
D598	Direito: pesquisas fundadas em abordagens críticas 3 / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. - Ponta Grossa - PR: Atena, 2023. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-0962-5 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.625231601 1. Direito. 2. Leis. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de (Organizador). II. Título. CDD 340
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

Em **DIREITO: PESQUISAS FUNDADAS EM ABORDAGENS CRÍTICAS 3**, coletânea de vinte e quatro capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, congregamos discussões e temáticas que circundam a grande área do Direito a partir de uma ótica que contempla as mais vastas questões da sociedade.

Temos, no presente volume, três grupos de reflexões que explicitam essas interações. Neles estão debates que circundam estudos em direito constitucional, direito do trabalho e administração pública; estudos em direito penal, direito processual penal e segurança pública; além de estudos em direito, história, literatura e educação.

Estudos em direito constitucional, direito do trabalho e administração pública traz análises sobre imunidades parlamentares, liberdade de expressão, redes sociais, discurso de ódio, proteção de dados, processo do trabalho, uberização, administração pública, leis das estatais, compliance e sociedades de economia mista.







Em estudos em direito penal, direito processual penal e segurança pública são verificadas contribuições que versam sobre garantismo constitucional, inquisitorialidade, realidade carcerária, superencarceramento, drogas, pessoas egressas do sistema prisional, racionalidade penal moderna, proporcionalidade e provas ilícitas, audiência de custódia, falsificação das lembranças, leis penais e comunidades indígenas e operações complexas.

O terceiro momento, estudos em direito, história, literatura e educação, traz conteúdos de direito militar, Lei n. 11.645/2008, cinema, literatura e ensino jurídico, plágio e ambiente digital.


Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

CAPÍTULO 1	1
O STF E O LIMITE DAS IMUNIDADES PARLAMENTARES: UMA ANÁLISE DOS CASOS DELCÍDIO DE AMARAL E DANIEL SILVEIRA	
Victorya Carolynne Oliveira Alves	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6252316011	
CAPÍTULO 2	16
LIBERDADE DE EXPRESSÃO X DISCURSO DE ÓDIO: ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DO STF À LUZ DO HABEAS CORPUS 82.424 RS	
Lazaro Matos Lemos da Silva Junior	
Jackson Novais Santos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6252316012	
CAPÍTULO 3	30
LIBERDADE DE EXPRESSÃO NAS REDES SOCIAIS: LIMITES EXTRAPOLADOS	
Werberson de Souza Colares	
Davi Gentil de Oliveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6252316013	
CAPÍTULO 4	40
NOTAS SOBRE O DIREITO FUNDAMENTAL À AUTODETERMINAÇÃO INFORMATIVA À LUZ DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NO ÂMBITO DO PROCESSO DO TRABALHO	
Francisco Meton Marques de Lima	
Francisco André dos Santos Rodrigues	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6252316014	
CAPÍTULO 5	61
O FENÔMENO DA UBERIZAÇÃO E A JURIDICIZAÇÃO NA SEARA TRABALHISTA	
Adriel Luís da Silva	
Quezia Fideles Ferreira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6252316015	
CAPÍTULO 6	70
PROCEDIMENTOS, PROCESSOS E DECISÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELA PERSPECTIVA DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO – DO DOGMATISMO À EPISTEMOLOGIA – OS PRIMEIROS PASSOS...	
José Wilson de Assis	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6252316016	
CAPÍTULO 7	86
LEI DAS ESTATAIS E SUAS INOVAÇÕES: O COMPLIANCE NAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA	
Patrícia Maria Barreto Bellot de Souza	

Sandra Filomena Wagner Kiefer
 Jeancezar Ditzz de Souza Ribeiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6252316017>

CAPÍTULO 899


O GARANTISMO CONSTITUCIONAL E OS FRAGMENTOS DA INQUISITORIEDADE NO SISTEMA ACUSATÓRIO

Franciney Colares de Oliveira

Idalécio Silva de Lima

Marcos Andrades Melgueiro

Davi Gentil de Oliviera


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6252316018>

CAPÍTULO 9112

OS PRINCÍPIOS PENAIIS FUNDAMENTAIS EM CONTRASTE COM A REALIDADE CARCERÁRIA BRASILEIRA

Luíza Leite Vieira


Marcelo Alves P. Eufrásio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6252316019>

CAPÍTULO 10..... 126

O SUPERENCARCERAMENTO À LUZ DA PERSPECTIVA DA POLÍTICA DE GUERRA ÀS DROGAS: UM RECORTE PUNITIVISTA E SELETIVISTA ACERCA DA PROBLEMÁTICA CONTEMPORÂNEA

Natan Nogueira Lopes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62523160110>


CAPÍTULO 11 139

REDE DE ATENÇÃO ÀS PESSOAS EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL: MECANISMO DE GARANTIA DE DIREITOS E CONTROLE SOCIAL

Mariana Leiras

Edite Rosa de Mesquita


Lobelia da Silva Faceira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62523160111>

CAPÍTULO 12..... 157

TEORIA DA PENA, RACIONALIDADE PENAL MODERNA E A REINVENÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Leticia Pacher

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62523160112>

CAPÍTULO 13..... 174


PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE E PROVAS ILÍCITAS A LUZ DO DIREITO PROCESSUAL PENAL BRASILEIRO

Ezequiel Rodrigues de Figueiredo

Wandrews Roger Nascimento de Abreu

Adriano José Frizzo

Davi Gentil de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62523160113>

CAPÍTULO 14..... 186

AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA: ESTUDO EMPÍRICO ACERCA DO TEMPO NECESSÁRIO À REALIZAÇÃO DA CUSTÓDIA NA COMARCA DE FORTALEZA/CE


Nestor Eduardo Araruna Santiago

Italo Farias Braga

Jéssica Ramos Saboya

Jessyka Mendes Dias Simões

Amanda Furtado Mendes


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62523160114>

CAPÍTULO 15.....191

FALSAS MEMÓRIAS NO PROCESSO PENAL: OS REFLEXOS DA FALSIFICAÇÃO DAS LEMBRANÇAS

Daiana Cristina Pereira


Lisandro Luís Wottrich

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62523160115>

CAPÍTULO 16.....211

A APLICAÇÃO DAS LEIS PENAIAS NAS COMUNIDADES INDIGENAS

Brenda Angelica Nobre da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62523160116>

CAPÍTULO 17..... 221

OPERAÇÕES COMPLEXAS DOS COMITÊS DE CRISE INSTRUMENTALIZADAS A PARTIR DO DECRETO N. 10.277/2020

Orleilso Ximenes Muniz

Helyanthus Frank da Silva Borges

Alexandre Gama de Freitas

Alexandre Costa Martins

Suiane de Souza Mota

José Ricardo Cristie Carmo da Rocha

Noeme Henriques Freitas

Raquel de Souza Praia

Eduardo Araújo dos Santos Neto

Rita Márcia Gomes da Silva Pessoa


Midian Barbosa Azevedo







Fabrcia da Silva Cunha

Warllison Gomes de Sousa

Euler Esteves Ribeiro

Ciro Felix Oneti

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62523160117>

CAPÍTULO 18.....	230
O DIREITO MILITAR E A CONQUISTA DE CÓRDOBA POR FERNANDO III (1236)	
Lucas Vieira dos Santos	
Jaime Estevão dos Reis	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.62523160118	
CAPÍTULO 19.....	244
TAMBOR TUPINIKIM E A INDÚSTRIA DE PAPEL E CELULOSE: ABORDAGEM DA LEI 11.645/2008 NO IFES ARACRUZ	
Thiago Zanotti Pancieri	
Giovane do Nascimento	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.62523160119	
CAPÍTULO 20	253
CINEMA - A SÉTIMA ARTE NO ENSINO DO DIREITO	
Marco Antônio César Villatore	
Maria Raquel Duarte	
Michelle de Medeiros Fidélis	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.62523160120	
CAPÍTULO 21.....	265
DIREITO, LITERATURA E UMA (RE)CONSTRUÇÃO DE UM ENSINO JURÍDICO	
Maurício Dal Pozzo Schneider	
Michelle de Medeiros Fidélis	
Joana Stelzer	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.62523160121	
CAPÍTULO 22	280
PLANEJAMENTO DE ENSINO COM OS PROFESSORES DO CURSO DE DIREITO COM A UTILIZAÇÃO DO FISH BOWL	
Elenir Cardoso Figueiredo	
Igo Yossi Lima Fonseca	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.62523160122	
CAPÍTULO 23	283
PLÁGIO DE ARTIGO CIENTÍFICO EM AMBIENTE DIGITAL	
Ilton Pinto Seixas	
Lorena Contis Rodrigues	
Debora Moraes Gomes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.62523160123	
CAPÍTULO 24	298
A RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA PELA DIFUSÃO VOLUNTÁRIA DE DADOS PESSOAIS NÃO CONSENTIDA PELO TITULAR	
Catiane Medianeira Milani	

Otávio Augusto Milani Nunes
João Pedro Seefeldt Pessoa
Tainara Mariana Mallmann
Otávio Martins Finger
Luiz Henrique Silveira dos Santos
Alessandra Staggemeier Londero
Nathalia Zampieri Antunes
Danilo Martinez Brandão

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62523160124>

SOBRE O ORGANIZADOR.....309

ÍNDICE REMISSIVO..... 310

TAMBOR TUPINIKIM E A INDÚSTRIA DE PAPEL E CELULOSE: ABORDAGEM DA LEI 11.645/2008 NO IFES ARACRUZ

Data de aceite: 02/01/2023

Thiago Zanotti Pancieri

Giovane do Nascimento

RESUMO: Este estudo traz reflexões sobre a obrigatoriedade de incluir no currículo oficial da rede de ensino a temática História e Cultura Indígena, estabelecida pela Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, tendo como referência os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) do Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de Educação do Espírito Santo (Ifes) Aracruz, propondo possível abordagem dessa temática com base no perspectivismo indígena e no pensar “com” os indígenas, delimitando este estudo nos modos de vida tupinikim, principalmente no processo de produção do tambor tupinikim. Para desenvolver o estudo, utilizamos como metodologia a pesquisa bibliográfica. Realizamos análise dos PPCs Técnicos Integrados ao Ensino Médio ofertados no Ifes Aracruz e traçamos possíveis abordagens da temática indígena no currículo, a partir dos modos de vida do povo tupinikim, mais especificamente, nas discussões sobre a formação voltada para o mercado da indústria de papel e celulose

dos cursos técnicos do Instituto em diálogo com as disparidades do crescimento industrial, o avanço da monocultura de eucalipto sobre as terras indígenas e o processo de produção do tambor tupinikim.

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo contribuir com as discussões sobre a obrigatoriedade de incluir no currículo oficial da rede de ensino a temática História e Cultura Indígena, estabelecida pela Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, tendo como referência os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) do Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de Educação do Espírito Santo (Ifes) Aracruz, propondo possível abordagem dessa temática a partir dos modos de vida do povo indígena tupinikim, principalmente no processo de produção do tambor.

Desse modo, inicialmente, trazemos apontamentos de como vem sendo apresentando as questões de inclusão da temática História e Cultura Indígena no currículo do Ifes Aracruz, em consonância

com a Lei nº 11.645/2008, por meio da análise documentos dos PPCs Técnicos Integrados ao Ensino Médio, ofertados no campus.

Posteriormente, traçamos possíveis abordagens da temática indígena no currículo do Ifes Aracruz, a partir dos modos de vida do povo tupinikim, mais especificamente, nas discussões sobre a formação voltada para o mercado da indústria de papel e celulose dos cursos técnicos do campus, principalmente em diálogo com as disparidades do crescimento industrial e o processo de produção do tambor tupinikim,

POSSIBILIDADES DE IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 11.645/2008 NO IFES CAMPUS ARACRUZ

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, atualmente alterada pela Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008 ao incluir a temática indígena, traz em seu Artigo 26A a seguinte redação:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras (BRASIL, 1996, Art. 26A).

Diante da legislação, trazemos a partir dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) ofertados no Ifes *campus* Aracruz como vem sendo apresentada a História e Cultura indígena no currículo dessa escola, e como a oferta desses cursos estão atrelados ao arranjo produtivo da indústria de papel e celulose da região.

O primeiro ponto a se destacar nos referidos documentos, é a menção que é feita a escolha pela oferta dos cursos integrados ao ensino médio nas áreas de Mecânica e Química, em relação às principais bases de arranjos produtivos de Aracruz e Região. Nesse ponto, reportaremos, principalmente, a presença da empresa Suzano Papel e Celulose na cidade de Aracruz.

Essa empresa, é a maior produtora global de celulose de eucalipto, e é também responsável pelo avanço do deserto verde de eucalipto sobre as terras indígenas de Aracruz. “Onde o deserto verde avança a biodiversidade é destruída, os solos deterioram,

os rios secam, sem contar a enorme poluição gerada pelas fábricas de celulose que contaminam o ar, as águas e ameaçam a saúde humana” (VIA CAMPESINA, 2006, p. 29).

Nessa configuração, ressaltamos que Aracruz, configura-se como um dos principais complexos do mundo na produção de celulose. Atrelado a esse complexo, estão localizadas as Terras Indígenas Tupinikim, Comboios e Caieiras Velha II (TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL, 2021) sobrevivendo ao avanço da indústria de papel e celulose ao longo de mais de 40 anos.

A Terra Indígena Tupinikim e a de Caieiras Velha II, localizadas às margens do rio Piraquê-Açu estão compreendidas em uma área demarcada e homologada de 14.325 e 57 hectares, respectivamente. Suas áreas são compostas pelo mangue do rio Piraquê-Açu, capoeiras, macegas, áreas de cultivo e o que restou da Mata Atlântica. Já a Terra Indígena de Comboios, às margens do rio Comboios, compreende uma área de 3.872 hectares ocupada por capoeira e mata de restinga, com solo pobre e arenoso e de cultivo mínimo (POVOS INDÍGENAS NO BRASIL, 2021). Antes dessa realidade, os tupinikim se estabeleciam em uma extensão territorial de aproximadamente 200 mil hectares.

Apesar desse perfil, observamos nos PPCs que não há nenhuma referência a essa realidade. Reforça-se nos documentos as relações dos eixos tecnológicos dos cursos com a formação para o mercado de trabalho, principalmente na indústria de papel e celulose. No entanto, não há nenhum apontamento com as disparidades dos arranjos produtivos locais da região voltados para produção de celulose em relação aos modos de vida dos indígenas de Aracruz.

Destacamos nesse contexto, que os PPCs analisados são do ano de 2016, dos cursos Técnico em Mecânica e Técnico em Química Integrados ao Ensino Médio. Nos dois PPCs vemos macrorreferência a LDB, sem referência ao Art. 26A. No PPC do curso Técnico em Mecânica Integrado ao Ensino Médio, cita que o curso obedece ao disposto na Lei nº 11.645/2008. No PPC do curso Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio não há referência à Lei 11.645/2008.

Os PPCs apresentam, ainda, as matrizes curriculares dos dois cursos citados trazendo as ementas dos componentes curriculares. Observamos que apenas a ementa do componente curricular de Artes, ofertado no segundo ano de ambos cursos, faz referência a temática indígena, citado como um dos objetivos: conhecer a história da arte afro e indígena.

Nesse sentido, direcionamos a importância de identificar as possibilidades de implementação da Lei 11.645/2008 no Ifes *campus* Aracruz, a partir do processo de produção do tambor tupinikim, principalmente nas questões contraditórias entre a formação dos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio de Química e de Mecânica, voltados para atender o mercado de trabalho de papel e celulose. “No Espírito Santo, a conexão das populações indígenas ao chamado projeto de desenvolvimento pela industrialização é devastadora, porque leva essas populações a perderem os seus territórios (restrição

territorial) feitos de biodiversidade e cultura” (BARCELLOS, 2008, p. 1).

Em relação aos modos de vida tupinikim, destacamos o processo de produção do tambor. O tambor tupinikim é produzido a partir da madeira da siriba, originária da Mata Atlântica. Destaca-se que o avanço da indústria de papel e celulose sobre os espaços originários dos povos indígenas, degradou os recursos da Mata Atlântica, substituídos pela monocultura de eucalipto. A tupinikim Helena Coutinho Pereira (a Membyra, filha da terra em tupi), é referência na luta em manter viva essa expressão do seu povo, produzindo o tambor de siriba.

Membyra, em depoimento para a produtora independente Tupinikim Videomeker (2012) ressalta a dificuldade de encontrar a siriba para fazer os tambores, já que no lugar da Mata Atlântica só se encontra eucalipto, e reforça a importância em manter esse modo de vida, ensinando para seus filhos e netos a produzir o tambor de siriba. Após a produção, os sons do tambor ecoam nas apresentações do Grupo de Tambores Tupinikim de São Benedito da aldeia de Caieiras Velha. Além da presença nas festas, os sons dos tambores tupinikim de siriba também estão presentes nos mais de 40 anos de luta pelo processo de luta pela demarcação das terras indígenas.

Com esse recorte, retomamos o diálogo da Lei 11.645/2008 a partir das reformas educativas e a contraposição ao multiculturalismo. Para isso, recorremos à concepção crítica de Catharine Walsh (2007) sobre a interculturalidade. Essa concepção está enraizada nas lutas dos movimentos indígenas, reconhecendo a participação dos indígenas na transformação do Estado, da educação, da economia e da lei, “posicionando os povos indígenas local, regional e transnacionalmente como atores sociais e políticos” (p. 11), em contraste com as objetivações da academia aplicadas ao pensamento desses povos. “Nesse processo, o conhecimento e o pensamento indígena não se encontram reificados, mas servem como base a partir da qual é possível “dialogar com”, revertendo a histórica subalternização e propondo uma incorporação diferente” (WALSH, 2007, p. 29).

Walsh considera essa configuração conceitual como uma lógica “outra”, construída a partir de uma diferença colonial e que “[...] trabalha para transgredir as fronteiras do que é hegemônico, interior e subalternizado” (WALSH, 2007, p. 15), pois está relacionada a um movimento étnico-social que: não se origina nos centros geopolíticos de produção do conhecimento (norte global), não é proveniente de instituições acadêmicas, não se baseia nos legados eurocêntricos e nem nas perspectivas da modernidade, ao contrário, representa uma ruptura epistêmica de dominação, exploração e marginalização, consequências da modernidade/colonialidade, e que se faz a partir de um lugar de enunciação indígena.

[...] o conceito de Interculturalidade assume significado relacionado a geopolíticas de lugar e espaço, desde a histórica e atual resistência dos indígenas e dos negros, até suas construções de um projeto social, cultural, político, ético e epistêmico orientado em direção à descolonização e à transformação. [...] aponta e representa processos de construção de um conhecimento outro, de uma prática política outra, de um poder social (e

estatal) outro e de uma sociedade outra; uma outra forma de pensamento relacionada com e contra a modernidade/colonialidade, e um paradigma outro, que é pensado por meio da práxis política (WALSH, 2007, p. 09).

Nessa perspectiva, a interculturalidade como projeto social, cultural, político, ético e epistêmico possibilita uma prática pedagógica “outra”, com “[...] modos muito diferentes de ser, pensar, conhecer, sentir, existir e conviver” (WALSH, 2013, p.19). No contexto da interculturalidade:

A pedagogia é entendida para além do sistema educacional, do ensino e da transmissão do conhecimento, e como um processo e prática sociopolítica produtiva e transformadora a partir das realidades, subjetividades, histórias e lutas de pessoas, vividas em um mundo governado pela a estrutura colonial (WALSH, 2014, p.13-14).

Em contraposição, o multiculturalismo opera sobre outra lógica. Sugere, ao ser empregado pelo Estado como sinônimo de interculturalidade, reconhecer a diversidade e “[...] incluir” os anteriormente excluídos dentro de um modelo globalizado de sociedade governada não pelas pessoas, mas pelos interesses do mercado” (WALSH, 2014 p. 8). Esse reconhecimento se faz para sustentar os interesses hegemônicos, ao mesmo tempo que tenta ofuscá-los sobre a lógica da interculturalidade.

A retórica do multiculturalismo reforça o modelo neoliberal da acumulação capitalista, incluindo os grupos historicamente excluídos, como os povos indígenas e afrodescendentes, e impulsionam as reformas educativas e constitucionais, que fazem pouco mais do que reformular ou reformar o mesmo (WALSH, 2013, p. 5).

Na esfera educativa, as tendências hegemônicas do multiculturalismo neoliberal que usam o disfarce da interculturalidade, incorporam conhecimentos da história e cultura negra e indígena, entendendo que “[...] esse conhecimento não faz parte de uma verdadeira episteme, de uma “ciência real” (WALSH, 2007, p. 22).

Na prática, esse problema assume significados particularmente relevantes na esfera educacional, podendo ser observado, por exemplo, na produção de materiais didáticos, na formação de professores e nos currículos escolares. Sob o guarda-chuva da “interculturalidade”, os livros escolares respondem a uma política de representação que, incorporando muitas imagens de indígenas e povos negros, só servem para reforçar estereótipos e processos coloniais de racialização. Na formação docente, a discussão sobre a interculturalidade encontra-se, em geral, limitada – se é que ela existe – ao tratamento antropológico da tradição folclórica. Em sala de aula, sua aplicação é, na melhor das hipóteses, marginal (WALSH, 2007, p. 21).

Essa compreensão, no diálogo com Castiano (2010) a partir das considerações da professora de origem indígena africana Xhosa, Ivy Goduka, nos faz refletir que qualquer engajamento intelectual para com a cultura indígena:

[...] temos de estar conscientes do facto que, implicitamente, estamos a fazer uma confrontação com as experiências históricas individuais e colectivas que

fizemos e fazemos com a supremacia dos sistemas colonialistas, capitalistas, imperialistas, racistas e opressores do passado e do presente. A dominação teria, segundo ela, culminado com o aniquilamento do nosso direito de ser indígena, ou seja, com a negação da existência das nossas culturas, dos nossos valores espirituais, perda da nossa terra e das nossas identidades. A dominação negou sobretudo o direito das nossas crianças aprenderem hoje a nossa cultura, as nossas tradições espirituais e outras coisas nas escolas e nas universidades (CASTIANO, 2010, p. 163).

Logo, compreendemos a necessidade de aprofundamento dessas análises, a partir dos estudos de Castiano (2010), ao apresentar nas discussões da temática sobre a História e Cultura Indígena no currículo de ensino, os povos originários como sujeitos do conhecimento e ressaltando que seus modos de vida não são tolerados pelas corporações que produzem riquezas ao consumirem e destruírem os recursos da terra, como a Suzano Papel e Celulose, e tentam ofuscar essa realidade pela lógica do multiculturalismo. Krenak (2020) reforça a cosmovisão indígena anticolonial e anticapitalista, e que o modelo multicultural ofusca, nega e tenta esconder, mas que é escancarado pelo modelo de vida predatório disseminado pelos detentores desses empreendimentos.

Ainda nessa perspectiva, dialogamos com Eduardo Viveiros de Castro (2004; 2001) e no pensar “com” os indígenas pela concepção do perspectivismo indígena.

Pois não podemos pensar como os índios; podemos, no máximo, pensar com eles. E a propósito – tentando só por um momento pensar “como eles” -, se há uma mensagem clara do perspectivismo indígena, é justamente a de que não se deve jamais tentar atualizar o mundo tal como exprimido nos olhos alheios (VIVEIROS DE CASTRO, 2001, p. 42).

Na concepção do perspectivismo indígena, o mundo é compreendido segundo pontos de vista distintos, de diferentes espécies, humanas e não-humanas.

O estímulo inicial para esta reflexão foram as numerosas referências, na etnografia amazônica, a uma concepção indígena segundo a qual o modo como os seres humanos veem os animais e outras subjetividades que povoam o universo — deuses, espíritos, mortos, habitantes de outros níveis cósmicos, plantas, fenômenos meteorológicos, acidentes geográficos, objetos e artefatos — é profundamente diferente do modo como esses seres veem os humanos e se veem a si mesmos (VIVEIROS DE CASTRO, 2004, p. 227).

As cosmologias tupinikim explicitam essas compreensões sobre a gênese do universo, a partir da metamorfose de humanos em não-humanos, em uma relação ecológica entre os elementos da natureza, os animais, as plantas e a origem do homem, elaborando suas “[...] próprias explicações a respeito do mundo, dos fenômenos da natureza, dos espíritos, dos seres sobrenaturais e, também, do momento em que surgiram os seus ancestrais” (TEAO & LOUREIRO, 2009, p. 74).

No pensar “com” os indígenas e em referência às intervenções da indústria de papel e celulose sobre as terras indígenas, transformando as expressões da dança do tambor, buscamos nos estudos de Ailton Krenak (2020; 2019) o entendimento das relações dos

povos originários com os lugares onde vivem, reforçando a luta das populações indígenas em sobreviverem e manterem seus modos de vida, frente a ocupação de suas terras.

O que está na base da história do nosso país, que continua a ser incapaz de acolher os seus habitantes originais — sempre recorrendo a práticas desumanas para promover mudanças em formas de vida que essas populações conseguiram manter por muito tempo, mesmo sob o ataque feroz das forças coloniais, que até hoje sobrevivem na mentalidade cotidiana de muitos brasileiros —, é a ideia de que os índios deveriam estar contribuindo para o sucesso de um projeto de exaustão da natureza (KRENAK, 2019, p. 21).

Bruno Latour (2020), cita literalmente Ailton Krenak (2019) e faz esse diagnóstico da perda de mundo que estamos vivendo por conta da questão ecológica, contribuindo para o que Krenak chama de exaustão da natureza. Latour propõe que olhemos para aqueles que tiveram seus territórios arrancados, como os indígenas, pois como infere Krenak os povos originários já sobreviveram ao fim do mundo, e os demais terão que aprender com eles.

Notório considerar que uma dessas práticas de exaustão da natureza/perda de mundo é o que aconteceu e vem acontecendo com o povo tupinikim de Aracruz, que luta por mais de 40 anos pelos direitos sobre suas terras, frente ao avanço do deserto verde de eucalipto que atende ao crescimento da indústria de papel e celulose na região. E, hoje resistem para manter as expressões da dança do tambor, adaptando os espaços de festejo e representação transformados pelo domínio da Suzano, bem como na luta para encontrar a siriba e manter viva a produção de tambores, já que as matas nativas foram tomadas e destruídas pela monocultura do eucalipto.

CONSIDERAÇÕES

Refletir sobre a Lei 11.645/2008 no Ifes Aracruz a partir das relações dos modos de vida tupinikim e a indústria de papel e celulose é uma temática que nos permite muitas formas de abordagem, tendo em vista a rica constituição cultural e histórica desse povo.

No entanto, optamos em fazer essa abordagem por meio do tambor e seu processo de produção, ressaltando o tupinikim como sujeitos do conhecimento e reforçando a luta para manter vivo esse modo de vida, frente aos avanços da empresa Suzano Papel e Celulose.

Desse modo, observamos na análise dos PPCs dos cursos de Ensino Médio Integrado do Ifes Aracruz que, ainda, é preciso ampliar a discussão sobre a temática História e Cultura indígena, com base na perspectiva dos povos originários, ressaltando a diversidade e diferenças regionais nos currículos e projetos pedagógicos e compreendendo a necessidade e aprofundamento da pesquisa para outros espaços de produção de conhecimento do Ifes Aracruz, para que outros estudos sobre a abordagem da História e Cultura Indígena nos currículos oficiais de ensino sejam alicerçados pela perspectiva dos próprios indígenas.

REFERÊNCIAS

BARCELLOS, Gilsa Helena. Desterritorialização e R-existência Tupiniquim: mulheres indígenas e o complexo agroindustrial da Aracruz Celulose. 2008. Tese (Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais.

BRASIL. *Lei nº 11.645*, de 10 de março de 2008.

BRASIL. *Lei nº 10.639*, de 09 de janeiro de 2003.

BRASIL. *Lei nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996.

CASTIANO, José P. *Referenciais da filosofia africana: em busca da intersubjectivação*. Moçambique. Sociedade Editorial Ndjira, Ltda, 2010.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO - CAMPUS ARACRUZ. *Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Mecânica Integrado ao Ensino Médio*. Aracruz, 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO - CAMPUS ARACRUZ. *Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio*. Aracruz, 2016.

KRENAK, Ailton. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

_____. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL (Brasil) (org.). Quadro geral dos povos. Programa Povos Indígenas no Brasil. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Quadro_Geral_dos_Povos>. Acesso em: 09 set. 2021.

TEAO, Kalna Mareto & LOUREIRO, Klítia. *História dos índios do Espírito Santo*. Vitória: Editora do Autor, 2009.

TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL. *Informações gerais sobre Terras Indígenas no Brasil*. Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/>>. Acesso em: 09 set. 2021.

TUPINIKIM VIDEOMAKER. O Valor do tambor tupinikim. Aracruz: Tupinikim Videomaker, 2012. 9m40s, son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=tjOpSK4NyvA>>. Acesso em: 24 mar. 2021.

VIA CAMPESINA. *O latifúndio dos eucaliptos: informações básicas sobre as monoculturas de árvores e as indústrias de papel*. Porto Alegre, 2006.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Ubu, 2017.

_____. Os Involuntários da Pátria (Reprodução de Aula pública realizada durante o ato Abril Indígena, Cinelândia, Rio de Janeiro 20/04/2016.) ARACÊ - *Direitos Humanos em Revista*. Ano 4, Número 5. Fevereiro 2017.

_____. Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena. *O que nos faz pensar*, [S.l.], v. 14, n. 18, p. 225-254, sep. 2004.

_____. A propriedade do conceito. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 43., 2001, Caxambu (MG). *Anais...* Caxambu (MG): ANPOCS, 2001.

WALSH, Catherine. *Interculturalidad Crítica y Pedagogía Decolonial: Apuestas (des)de el In-surgir, re-existir y Re-vivir*. Universidad Pedagógica Nacional-CONACIT. Plaza y Valdés Editores: México, 2014.

_____. *Pedagogías decoloniales. Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*. Vol. I. Aby-Yala: Quito, 2013.

_____. Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento “otro” desde la diferencia colonial. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (Comp.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores et al., 2007. 308p. (pp. 47 –62).

A

Administração pública 40, 43, 44, 45, 47, 49, 52, 53, 55, 56, 70, 71, 75, 76, 77, 78, 79, 82, 84, 85, 88, 89, 90, 91, 92, 94, 96, 305, 306, 307

Ambiente virtual 285

Audiência de custódia 186, 187, 188, 189, 190

C

Cinema 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264

Compliance 80, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 186, 187, 308

Comunidades indígenas 211, 215, 216, 218, 219

Constitucional 1, 3, 10, 11, 13, 14, 15, 17, 18, 21, 22, 23, 26, 28, 29, 31, 34, 36, 37, 38, 40, 43, 47, 50, 55, 59, 69, 72, 73, 74, 75, 77, 85, 86, 90, 96, 99, 100, 101, 102, 103, 106, 109, 110, 116, 125, 174, 177, 179, 181, 182, 183, 184, 206, 215, 219, 253, 290, 300, 307, 309

D

Direito 1, 2, 3, 4, 5, 6, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 50, 51, 52, 55, 57, 58, 59, 61, 65, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 92, 96, 97, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 138, 145, 149, 150, 155, 157, 158, 159, 160, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 190, 191, 207, 208, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 224, 228, 230, 231, 232, 234, 235, 240, 241, 249, 253, 254, 255, 257, 258, 259, 260, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 293, 295, 296, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 307, 308, 309

Direito militar 224, 228, 230, 231, 232, 235, 240, 241

Discurso de ódio 14, 16, 17, 18, 22, 24, 27, 28, 37, 38

Drogas 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138

E

Educação 37, 110, 122, 216, 222, 241, 244, 245, 247, 251, 254, 257, 258, 259, 261, 262, 263, 269, 272, 278, 279, 308, 309

Ensino jurídico 254, 255, 258, 259, 260, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 274, 276, 277, 278, 279

F

Falsificação das lembranças 191

G

Garantismo constitucional 99, 100, 102, 103

H

História 24, 26, 44, 113, 121, 123, 128, 138, 171, 193, 195, 196, 218, 224, 230, 241, 242, 244, 245, 246, 248, 249, 250, 251, 256, 267, 270, 275

I

Imunidades parlamentares 1, 2, 11, 14, 15

Inquisitorialidade 99, 100

L

Leis penais 113, 129, 211, 212

Liberdade de expressão 3, 5, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 45, 58, 59, 100

Literatura 70, 71, 191, 224, 245, 255, 258, 260, 263, 264, 265, 266, 267, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 284, 294, 297, 309

O

Operações complexas 221

P

Penal 8, 9, 11, 12, 13, 14, 22, 33, 34, 75, 78, 85, 99, 100, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 154, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 181, 182, 183, 184, 185, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 199, 202, 206, 207, 208, 209, 211, 212, 213, 215, 218, 219, 276, 289, 293

Pesquisas 15, 16, 61, 62, 63, 146, 199, 201, 216, 273, 277, 294, 309

Pessoas egressas do sistema prisional 139, 140, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155

Plágio 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297

Processo do trabalho 40, 44, 253

Processo penal 8, 9, 14, 99, 100, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 182, 183, 184, 185, 190, 191, 192, 193, 194, 196, 202, 206, 207, 208, 209

Proporcionalidade 84, 112, 114, 118, 124, 163, 174, 175, 180, 181, 182, 183, 184, 185

Proteção de dados 40, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 110, 299, 300, 301, 303, 304, 306, 307, 308

Provas ilícitas 105, 174, 175, 176, 177, 178, 181, 182, 183, 184

R

Racionalidade penal moderna 157, 158, 164, 165, 166, 167, 171, 172, 173

Realidade carcerária 112, 121, 124, 140

Redes sociais 6, 7, 10, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 43, 143, 144, 146, 151

S

Segurança pública 51, 115, 123, 130, 132, 137, 150, 183, 221, 223, 224

Sociedades de economia mista 86, 87, 92, 93, 95

Superencarceramento 126, 127, 128, 134, 137

T

Trabalho 2, 14, 15, 16, 17, 18, 23, 27, 28, 31, 36, 40, 43, 44, 49, 53, 54, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 77, 86, 87, 100, 101, 108, 112, 122, 136, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 150, 153, 154, 155, 156, 157, 169, 174, 186, 187, 196, 197, 198, 211, 212, 213, 217, 218, 246, 253, 257, 272, 277, 280, 285, 286, 287, 288, 293, 294, 295, 301

U

Uberização 61, 62, 67, 68, 69

 www.atenaeditora.com.br

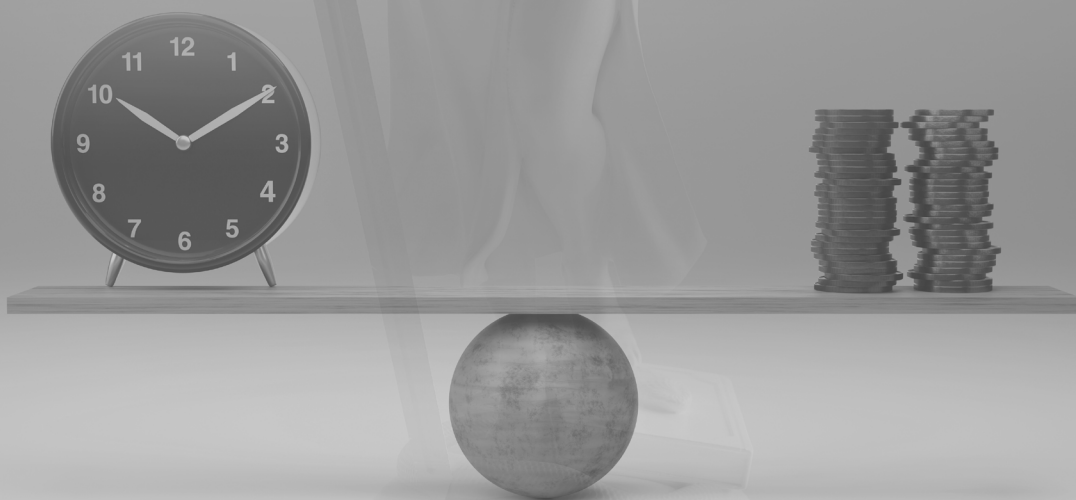
 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

DIREITO:

PESQUISAS FUNDADAS EM ABORDAGENS CRÍTICAS 3



 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

DIREITO:

PESQUISAS FUNDADAS EM ABORDAGENS CRÍTICAS 3

